

Só PT e PCB ameaçam credor



Luiz Carlos Leite/AE

Maia: inflação deve ser reduzida em 90 dias



Luiz Carlos Leite/AE

Coutinho: contra moratória da dívida interna

Não haverá calote da dívida pública e o próximo governo fará o possível para evitar perdas a quem emprestou dinheiro ao Tesouro Nacional, prometem os assessores econômicos do PDT, do PSDB, do PDS, do PMDB e do PL. Essa promessa não pode ser levada a sério, assegura o assessor petista Aloisio Mercadante. Haverá perda, segundo ele, e o melhor será os credores do governo aceitarem uma negociação para se chegar à solução menos traumática. A negociação é defendida também pelo assessor do PCB Edmilson Costa: será preciso conversar para escolher os perdedores. Todos, menos um, defendem a elevação da carga tributária para fortalecimento das finanças públicas e retomada do crescimento econômico. A exceção é Miguel Colasuonno, vinculado ao pedessista Paulo Maluf. Mas é exceção também noutro aspecto: só ele não apresentou algo parecido com um plano de governo, ontem, durante debate entre assessores de presidentiáveis promovido pela Associação dos Jornalistas de Economia de São Paulo (Ajoesp).

Noventa executivos reuniram-se ontem no Maksoud Plaza, ao preço de 450 BTN por cabeça, para saber como os economistas dos vários candidatos vêem o futuro do melhor negócio de hoje, a aplicação de dinheiro, a juros cada vez mais altos, em títulos do Tesouro Nacional. Esses títulos equivaliam, no final de julho, a cerca de US\$ 90 bilhões. Desse total, cerca de 60% estão em mãos de particulares e são renegociados a curtíssimo prazo pelo governo no mercado financeiro. Se os detentores desses papéis decidirem reaver seu dinheiro para aplicá-lo noutros ativos — como imóveis, dólares, cavalos ou sacos de milho —, o País mergulhará na hiperinflação. Por isso, o governo atual e a maioria dos candidatos procura tranquilizar o mercado.

O deputado e economista Cesar Maia, do PDT, apresentou as idéias mais detalhadas. Desembarcar da dívida pública, segundo ele, só é vantajoso para quem ganhou antes. Se muitos desembarcarem, o desastre imporá perdas a todo mundo. Ele propõe uma ampla discussão para se encontrarem soluções vantajosas para o Tesouro e para o conjunto dos seus credores. Essas soluções deverão incluir garantias muito amplas de liquidez a quem se dispuser a conservar títulos públicos de longo prazo. Esses títulos poderiam, por exemplo, ser conversíveis em ações de estatais, ter poder liberatório de tributos e ser usados para pagamento de tarifas públicas. A renegociação para alongamento dos prazos deve ser parte de um programa de emergência para ajuste das contas públicas e redução drástica da inflação em 90 dias de governo.

Luciano Coutinho, do PMDB, também contrário à moratória da dívida interna, condiciona qualquer esforço de renegociação a um trabalho prévio de combate à inflação. O programa incluiria uma reforma monetária, com desindexação dos papéis de curto prazo e controle de preços. Garantida a estabilização, seria iniciada uma reforma financeira.

Yoshiaki Nakano, do PSDB, propõe como primeiro passo um severo ajuste fiscal. Esse ajuste deve garantir recursos suficientes para o serviço da dívida. A retomada do crescimento, em seguida, facilitará a reordenação das finanças públicas.